



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.**

1 Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às oito horas e trinta
2 minutos, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores, reuniu-se o Conselho Universitário
3 (CONSUNI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), sob a presidência do
4 Vice-reitor **José Domingues Fontenele Neto**, para deliberar sobre a pauta da sétima Reunião
5 Ordinária de dois mil e dezoito. Estiveram presentes os Conselheiros representantes docentes:
6 Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Jacimara Villar Forbeloni** e **Sueldes de Araújo**;
7 Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC): **Hudson Pacheco Pinheiro** e **Luciana Dantas**
8 **Mafra**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF): **Janaína Cortêz de Oliveira** e
9 **Antonio Diego Silva Farias**; Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN): **Matheus da Silva**
10 **Menezes** e **Valdenize Lopes do Nascimento**; Centro de Ciências Agrárias (CCA): **Adrian**
11 **José Molina Rugama** e **João Liberalino Filho**; Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
12 (CCBS): **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** e **Leonardo Fernandes França**; Centro de
13 Ciências Sociais Aplicadas a Humanas (CCSAH): **José Albenes Bezerra Júnior** e **Moises**
14 **Ozorio de Souza Neto**; Centro de Engenharias (CE): **Manoel Quirino da Silva Júnior** e
15 **Manoel Januário da Silva Júnior**; os Conselheiros representantes técnico-administrativos:
16 **Jalmir Dantas de Araújo** e **Gilcilene Lélia Souza do Nascimento**; Conselheiros com faltas
17 justificadas: Araken de Medeiros Santos, Paulo Gabriel Gadelha Queiroz, Allyson Leandro
18 Bezerra Silva, Francisco Valdomiro Morais e Miguel Rogério de Melo Gurgel. **PAUTA: Primeiro**
19 **ponto:** Apreciação e deliberação sobre as atas da segunda, quinta e sexta reuniões ordinárias
20 de dois mil e dezoito. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre processo de
21 afastamento da servidora docente Karla Rosane Demoly. **Terceiro ponto:** Apreciação e
22 deliberação prorrogação de mandato da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFERSA,
23 encaminhado por meio de Memorando Eletrônico número três de dois mil e dezoito da CPA da
24 UFERSA. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação sobre solicitação de alteração do nome do
25 Ginásio de Esportes da UFERSA. **Quinto ponto:** Apreciação e deliberação sobre minuta de
26 resolução que estabelece metodologia de elaboração de proposta de reforma ou alteração
27 parcial do Estatuto. **Sexto ponto:** Outras Ocorrências. **PRIMEIRA SESSÃO:** Tendo constatado
28 quórum legal, o Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**,
29 declarou aberta a reunião, fez a leitura da pauta e a colocou em discussão. A Conselheira
30 **Valdenize Lopes do Nascimento** propôs a inclusão do processo da servidora Valdenize
31 Lopes do Nascimento no segundo ponto de pauta. A proposta foi votada e aprovada por quinze
32 votos favoráveis e três abstenções. Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** questionou
33 se o recurso do servidor Cícero Luiz Câmara Júnior seria apreciado no Conselho. O Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

34 em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que o que estava sendo
35 solicitado pelo servidor não era matéria do Conselho, pois o contrato de substituto era
36 temporário, válido por um ano e podia ser prorrogado por mais um ano. O Conselheiro
37 **Leonardo Fernandes França** disse que o servidor queria que fosse feita uma apuração final
38 do processo administrativo que foi aberto porque o mesmo achava que o processo não teve
39 conclusão e que não teve o contrato renovado por conta do processo administrativo sem
40 deliberação final. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**,
41 disse que o recurso do servidor parecia inadequado e que isso podia ser apreciado no
42 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Falou, então, que se o servidor tinha
43 um processo administrativo pendente de conclusão, pois o Conselho não tratava de processos
44 administrativos. O Conselheiro **Moisés Ozório de Souza Neto** disse que a questão da
45 renovação do contrato do servidor não tinha sido condicionada ao processo administrativo e
46 que o Centro encerrou o contrato porque não tinha interesse do colegiado de curso de renová-
47 lo, independente da conclusão do processo administrativo. O Presidente em exercício do
48 Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou a pauta, com alterações, em votação,
49 que foi votada e aprovada por unanimidade. Por fim, apresentou as justificativas de faltas,
50 juntamente com o atestado médico do Conselheiro João Liberalino Filho, que foram votadas e
51 aprovadas por unanimidade. **PRIMEIRA SESSÃO: PRIMEIRO PONTO.** O Presidente em
52 exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou o ponto em discussão. A
53 Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** apresentou correções nas linhas cento e cinquenta e
54 um, cento e noventa e dois e quatrocentos e oito da ata da segunda reunião ordinária de dois
55 mil e dezoito. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** apresentou correções nas
56 linhas trinta e oito e trinta e nove da ata da segunda reunião ordinária. A Conselheira **Janaína**
57 **Cortêz de Oliveira** apresentou correções na linha cinquenta e seis da ata da quinta reunião
58 ordinária de dois mil e dezoito. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** apresentou
59 correções nas linhas cento e quarenta e seis, cento e quarenta e sete, duzentos e quarenta e
60 quatro, quinhentos e quinze e quinhentos e dezessete da ata da quinta reunião ordinária. A
61 Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** apresentou correções nas linhas trinta e seis e
62 cinquenta e nove da ata da sexta reunião ordinária de dois mil e dezoito. Por fim, as atas da
63 segunda, quinta e sexta reuniões ordinárias de dois mil e dezoito foram votadas e aprovadas
64 por dezesseis votos favoráveis e duas abstenções. Todas as correções propostas pelos
65 Conselheiros foram realizadas nas referidas atas conforme estabelecido no parágrafo segundo,
66 do artigo oitavo da Resolução número onde de dois mil e dezessete do CONSUNI. **SEGUNDO**
67 **PONTO.** O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou
68 os processos em discussão separadamente: *PROCESSO DE VALDENIZE LOPES DO*
69 *NASCIMENTO*: A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** disse que o processo estava fora
70 do prazo da antiga Resolução de afastamento. Falou, também, que o processo dizia que a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

71 servidora tinha substituto e carta de anuência e que vários pareceres e despachos necessários
72 para abertura do processo foram inseridos depois da data de abertura. Pedeu, então,
73 esclarecimento com relação ao substituto, se tinha código de substituto, ou se tinha sido
74 classificado por lista ou ranqueamento. A Conselheira **Valdenize Lopes do Nascimento** disse
75 que o processo físico tinha a documentação completa. Falou, também, que o edital do qual
76 tinha participado e foi aprovada foi um específico de um convênio entre da Universidade
77 Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a UFRSA, que disponibilizava de vagas para
78 doutorado para servidores, e que o processo seletivo era composto por três etapas. Disse,
79 ainda, que não tinha como cumprir o prazo dos sessenta dias antes do início do semestre letivo
80 vigente, tendo em vista que o processo seletivo iniciou em abril do corrente ano e o resultado
81 da terceira etapa estava previsto para o dia dezoito de junho do corrente ano; que, com relação
82 ao substituto, que o Centro contava com cota de docentes substitutos disponíveis e por isso
83 tinha o substituto selecionado e que solicitou a dois colegas as cartas de anuência, que
84 constavam no processo, para concluir o semestre letivo vigente, caso fosse necessário.
85 Concluiu dizendo que as aulas começavam no dia seis de agosto e que os dias das disciplinas
86 na UFRN coincidiam com os dias das disciplinas que estava ministrando na Instituição. A
87 Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** disse se o Conselho fosse seguir a Resolução de
88 afastamento, o processo estava fora dos prazos. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva**
89 **Júnior** disse que a decisão de vir apenas os pareceres para as reuniões tinha sido do
90 CONSUNI anterior. O Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** disse que o processo feria ambas
91 as Resoluções de afastamento, a anterior e a nova Resolução vigente. Falou, também, que a
92 abertura deixada pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) e pela Pró-reitoria de
93 Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG) deixava o Conselho em uma situação delicada quando
94 não estipulava o prazo do afastamento. A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** disse que o
95 Conselho decidiu que, uma vez aprovada a nova Resolução de afastamento, os processos que
96 estivessem em aberto seriam tratados como casos omissos resolvidos pelo Conselho. O
97 Conselheiro **Leonardo Fernandes França** perguntou qual era a data do comprovante de
98 classificação, aprovação ou matrícula. A Conselheira **Valdenize Lopes do Nascimento** disse
99 que a UFRN expunham a notícia da classificação pelo site oficial e através do Microsoft Word.
100 O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** disse estar preocupado com a questão dos
101 sessenta dias, pois tinha situações onde a Resolução de afastamento não podia ser cumprida
102 sem prejudicar a servidora, que não tinha tempo hábil de abrir o processo tendo em vista que o
103 resultado da terceira etapa saiu no dia treze de junho do corrente ano, juntamente com a
104 documentação necessária para dar início ao processo. Perguntou, então, como ficaria a
105 situação dos discentes, caso a servidora fosse afastada. A Conselheira **Valdenize Lopes do**
106 **Nascimento** disse que no parecer da PROGEPE constavam as cartas de anuência dos
107 servidores que dispuseram a assumir as turmas. O Conselheiro **Sueldes de Araújo** disse que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

108 eram questões delicadas, pois não tinha a data determinada em nenhum dos pareceres, e que
109 isso era constrangedor para o Conselho. Perguntou, então, como iam proceder nos casos
110 semelhantes ao da servidora e que o Conselho tinha que ter cautela para maturar as questões
111 que foram levantadas para que elas fossem resolvidas. O Presidente em exercício do
112 Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que o processo iniciou fora do prazo da
113 Resolução de afastamento anterior e que na Resolução de afastamento vigente era
114 considerado caso omissos e que registrou a questão dos pareceres, que estavam vindo padrão
115 para todos os processos, e que as Pró-reitorias podiam fazer uma síntese de cada processo. O
116 Conselheiro **Adrian José Molina Rugama** disse que o processo era peculiar por conta da
117 transição das Resoluções de afastamentos e que, de fato, observava que alguns processos
118 vinham com uma situação parecida devido a incongruências entre o período da Instituição e o
119 período da pós-graduação e o Conselho vinha adotando uma postura de analisar as
120 especificidades do processo e se os discentes não seriam prejudicados. Falou, também, que,
121 em seu entendimento, a maioria dos servidores que participavam dos processos seletivos
122 devia saber, independente do resultado, se tinha condições de se enquadrarem ou não no
123 prazo da Resolução de afastamento. Concluiu sua fala dizendo e que a nova Resolução surgiu
124 para que não evitar o constrangimento no Conselho e que queria que os servidores que
125 participavam dos processos seletivos soubessem de antemão se iriam se enquadrar ou não na
126 Resolução de afastamento, independente do resultado. O Presidente em exercício do
127 Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que a nova Resolução de afastamento
128 tinha vindo com a expectativa, de corrigir e evitar certas situações. O Conselheiro **Manoel**
129 **Januário da Silva Júnior** disse que o Conselho não podia considerar o processo da servidora
130 como sendo na Resolução de afastamento anterior, pois a mesma não estava mais em vigor,
131 porém como a servidora tinha aberto o processo antes da vigência nova Resolução de
132 afastamento ser deliberada, o caso dela se tornava omissos. Disse, ainda, que o Conselho devia
133 estabelecer um entendimento de como iriam tratar os casos semelhantes ao da servidora e que
134 o processo dela devia ser tratado no que couber na nova Resolução de afastamento vigente. O
135 Conselheiro **Matheus da Silva Menezes** disse que quando a servidora realizou a abertura do
136 processo, a nova Resolução de afastamento não estava em vigor e que, no seu entendimento,
137 não tinha nenhum empecilho impedindo a aprovação do processo, já que a servidora contava
138 com servidor substituto e com cartas de anuências de dois servidores e por isso os discentes
139 seriam prejudicados nem a Instituição. Concluiu sua fala dizendo que a capacitação da
140 servidora era vantajosa para a UFERSA. A Conselheira **Valdenize Lopes do Nascimento**
141 enfatizou que no doutorado em questão, que era de ensino em ciências e matemática, teria a
142 oportunidade de realizar pesquisa diretamente ligada ao ensino da disciplina da área que era
143 um dos maiores gargalos da Universidade, em termo de altos índices de insucesso e que tinha
144 sido um doutorado escolhido pensando na melhoria do ensino de matemática na Instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

145 Falou, também, que, em seu entendimento, o Conselho podia rever a decisão do antigo
146 CONSUNI, com relação a documentação dos processos e que se não estava sendo
147 satisfatório, podiam pedir os processos na íntegra, contanto que os dados pessoais fossem
148 preservados. Disse, ainda, que a Resolução de afastamento anterior apresentava muitas
149 falhas, que foram corrigidas com a Resolução de afastamento vigente. A Conselheira **Janaína**
150 **Cortêz de Oliveira** disse que o parecer do departamento precisava ser corrigido. Propôs,
151 então, que o nos casos que os afastamentos não estavam contemplados pela Resolução de
152 afastamento vigente, que o Conselho observasse as requisições da Resolução de afastamento
153 anterior como a documentação completa, as cartas de anuência, caso tivesse, e se o servidor
154 tinha um substituto. A proposta foi acatada pelo Conselho. O Conselheiro **Jalmir Dantas de**
155 **Araújo** propôs que fosse concedido o afastamento da servidora no dia dezoito de setembro,
156 quando o corrente semestre letivo encerrava. A proposta foi votada e aprovada por sete votos
157 favoráveis, seis contrários (favoráveis ao pedido da servidora) e cinco abstenções.
158 *PROCESSO DE KARLA ROSANE DEMOLY*: O processo não gerou discussões e foi votado e
159 aprovado por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. **TERCEIRO PONTO**. O Presidente
160 em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou o ponto em discussão.
161 A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** disse que a questão já tinha sido deliberada na
162 terceira reunião ordinária de dois mil e dezoito para finalização de um relatório. O Conselheiro
163 **Manoel Quirino da Silva Júnior** disse que a prorrogação para finalização do relatório tinha
164 sido concedida e a CPA estava pedindo mais noventa dias de prorrogação para deliberação de
165 uma norma. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**,
166 colocou o ponto em votação, que foi votado e aprovado por quinze votos favoráveis e três
167 abstenções. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** perguntou quando a norma seria
168 apresentada no Conselho. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues**
169 **Fontenele Neto**, disse que tinham várias minutas de resolução que receberam os pareceres e
170 foram submetidas a emendas dos Conselheiros, mas estavam mandando tais minutas pouco a
171 pouco, porque que as discussões a respeito das mesmas estavam se prolongando. O
172 Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que a justificativa da segunda
173 prorrogação era que tivesse uma reformulação no regimento da CPA, que isso fosse feito.
174 **QUARTO PONTO**. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele**
175 **Neto**, deu início a discussão e disse que no final do ano de dois mil e dezessete colocou-se a
176 proposta de mudar o nome do estádio de esportes da UFERSA. Falou, também, que
177 receberam uma indagação da Procuradora Federal dos direitos do cidadão que estavam
178 fazendo um levantamento das instituições que tinha homenagens a figuras ou autoridades que
179 sabidamente violaram os direitos humanos. O Conselheiro **Moisés Ozório de Souza Neto**
180 propôs a participação do servidor Rafael Lamera Giesta Cabral. A proposta foi votada e
181 aprovada por unanimidade. O Convidado **Rafael Lamera Giesta Cabral** disse que iniciaram na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

182 segunda jornada de historia do direito, no ano de dois mil e dezessete, um movimento que
183 buscava discutir sobre justiça de transição e um dos pilares da justiça de transição era
184 promover o direito a memória, o direito a verdade e a responsabilização do Estado Brasileiro
185 pela série de violações dos direitos humanos promovidos pelo período da Ditadura Militar.
186 Falou, também, que o movimento em questão criou, então, na Instituição a organização e um
187 pedido bem justificado para que o nome do Ginásio de Esportes da UFERSA, que era
188 considerado o Ginásio de Esportes Costa e Silva fosse cassado por conta da homenagem
189 estabelecida a o ditador reconhecido pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV).
190 Disse, então, que no ano que era comemorado os trinta anos da Constituição de mil
191 novecentos e oitenta e oito ainda conviviam com um legado autoritário e que o mesmo se fazia
192 presente nas instituições, nas legislações e um dos maiores desafios do legado autoritário, que
193 era acompanhado na transição democrática, era a manutenção e as disputas sobre os usos de
194 memória, que era colocada em disputa desde a instauração da Ditadura Militar no Brasil, uma
195 disputa sobre a ideia de revolução onde tudo era permitido, onde violações passam a ser
196 consideradas justificadas por uma necessidade maior, acabou gerando um movimento
197 complexo para a historia nacional. Falou, ainda, que as instituições contribuíam quando
198 mantinham homenagens a ditadores considerados grandes violadores de direitos humanos tal
199 como se tinha no relatório da CNV de dois mil e quatorze e era exatamente no contexto citado
200 que o grupo de historia constitucional buscava, mais uma vez, para que a Universidade não
201 atue apenas de forma simbólica, mas que concretizasse os estudos, as ações e reafirmasse o
202 compromisso com a democracia para cassar as homenagens a todos aqueles que violaram
203 direitos humanos. Disse, então, que o compromisso da Instituição de Ensino Superior tal como
204 a UFERSA não era razoável que permanecesse mantendo homenagens desse sentido e
205 ressaltou que o movimento em questão não era partidário nem localizado, mas era um
206 movimento de grande envergadura que vinha desde a Corte Interamericana de Direitos
207 Humanos, que condenou o Brasil em março do corrente ano, no caso da guerrilha do Araguaia
208 por completa ausência de investigação daqueles que cometeram violações aos direitos
209 humanos, e que recentemente o Ministério Público Federal vinha colocando na pauta de
210 discussão dos seus órgãos colegiados ações que buscassem concretizar e cassar tais
211 homenagens também e, por isso, a UFERSA tinha sido comunicada juntamente com as outras
212 instituições de ensino superior e dos institutos federais que, por ventura, trouxessem
213 homenagens dessa natureza. Concluiu sua fala dizendo não tinha o objetivo de dar outro nome
214 ao Ginásio de Esportes e que, talvez devessem deixar apenas Ginásio de Esportes da
215 UFERSA o que seria um passo significativo na concretização da memória de luta e de
216 preservação dos direitos humanos e fundamentais e que a solicitação era de que o Conselho
217 cassasse a homenagem em ato imediato, que retirassem todas as placas em homenagem que
218 fizessem referência ao nome de Costa e Silva e que as informações nos sites oficiais da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

219 Instituição fossem atualizadas para que ficasse exposto. Explicou que o movimento que
220 abrangia as ações do grupo de extensão que coordenava, que tinha por objetivo, juntamente
221 com a UFRN e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), promover ações
222 específicas no município de Mossoró com o objetivo de transformar o bairro Costa e Silva em
223 Cidade Universitária, que era mais representativos na condição de profissionais comprometidos
224 com a democracia. O Conselheiro **Suedes de Araújo** disse que a iniciativa de cassar a
225 homenagem a Costa e Silva era louvável, que corroborava com o grupo de pesquisa e que
226 deviam retirar toda e qualquer menção aos ditadores do Regime Militar, não somente do
227 Ginásio de Esportes. Falou, também, que a Instituição devia tirar toda e qualquer menção dos
228 nomes dos ditadores e que, como não tinha sugestões para novos nomes do Ginásio, sugeriu
229 que o nome fosse Ginásio de Esportes Multifuncional da UFERSA. Por fim, parabenizou o
230 convidado Rafael Lamera Giesta Cabral e o movimento. O Conselheiro **Matheus da Silva**
231 **Menezes** parabenizou a iniciativa do grupo. Perguntou, então, qual seria o novo nome do
232 Ginásio de Esportes da UFERSA. O convidado **Rafael Lamera Giesta Cabral** disse que o uso
233 de homenagens para espaços podia ser problemático e por isso, não fizeram uma sugestão na
234 esperança que o nome ficasse apenas Ginásio de Esportes de UFERSA. O Conselheiro
235 **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que a antiga Escola Superior de Agricultura de
236 Mossoró (ESAM), atual UFERSA, homenageava todo o espaço físico e perguntou, então, como
237 ficaria a questão das homenagens dos espaços em questão, pois muitas tinham sido perdidas
238 com o tempo. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**,
239 disse que a homenagem no Ginásio de Esportes era uma questão muito específica, pois Costa
240 e Silva violou os Direitos Humanos e o que tinha sido proposto era a não homenagear pessoas
241 que violaram os Direitos Humanos. Disse, então, que não achava que era o caso de estender a
242 retirada de homenagens sem um fundamento como o que estava sendo colocado para o caso
243 do Ginásio. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** perguntou se os espaços mais
244 antigos da Instituição realmente tinham homenagens. Falou, também, que percebeu que as
245 salas tinham sido modificadas, pois anteriormente as mesmas tinham nomes e no presente
246 momento foram renumeradas. O Conselheiro **João Liberalino Filho** disse que a questão das
247 homenagens nas salas eram de alguns docentes e pesquisadores da Instituição que
248 destacavam-se e que, no presente momento, a Universidade havia sido dividida em setores e
249 salas numeradas para facilitar a localização, mas que não tinha demérito as pessoas que foram
250 homenageadas, desde que não se enquadrassem na lista da CNV. Falou, também, que em
251 seu entendimento, a Universidade deviam abolir todas as homenagens. O Conselheiro **Manoel**
252 **Quirino da Silva Júnior** sugeriu que o novo nome fosse apenas Ginásio de Esportes da
253 UFERSA. O Conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** propôs que fossem retiradas
254 homenagens de pessoas que violaram os Direitos Humanos caso fossem detectadas em
255 qualquer outro Campus da UFERSA. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Por



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

256 fim, o ponto foi votado e aprovado por unanimidade. **QUINTO PONTO.** O Presidente em
257 exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou o ponto em discussão. O
258 Conselheiro **Leonardo Fernandes França** apresentou e explicou seu parecer sobre a minuta e
259 disse que seu voto era aprovar a minuta com alterações. O parecer do relator Leonardo
260 Fernandes França foi votado e aprovado por dezessete votos favoráveis e uma abstenção. O
261 Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs a seguinte redação para o
262 Considerando: *“CONSIDERANDO o que estabelece os artigos cento e quatro e cento e cinco*
263 *do Estatuto da UFERSA, em especial o parágrafo segundo do artigo cento e cinco”*. A proposta
264 foi votada e aprovada por quatorze votos favoráveis e dois contrários. O Conselheiro **Manoel**
265 **Januário da Silva Júnior** propôs acrescentar um novo considerando com a seguinte redação:
266 *“CONSIDERANDO o que estabelece o artigo noventa e quatro do Decreto número nove mil*
267 *duzentos e trinta e cinco de quinze de dezembro de dois mil e dezessete”*. A proposta foi
268 votada e aprovada por treze votos favoráveis e três abstenções. Em seguida, propôs a
269 seguinte redação como título do capítulo um da minuta de resolução: *“Disposições gerais”*. A
270 proposta foi votada e aprovada por nove votos favoráveis, um contrário e seis abstenções. O
271 Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs que o parágrafo único passasse a ser o
272 artigo segundo, que foi votada e aprovada por onze votos favoráveis, dois contrários e três
273 abstenções. Em seguida, propôs as respectivas redações para os incisos I e II do artigo
274 primeiro: *“I- Reforma: alteração geral do documento culminando em publicação de um novo*
275 *documento completo em substituição ao atual Estatuto (Aprovado por dez votos favoráveis,*
276 *três contrários e três abstenções); II- Alteração parcial: alteração de título, capítulo, seção,*
277 *artigo, inciso ou alínea, culminando com a publicação de emendas ao Estatuto vigente*
278 *(Aprovado por unanimidade)”*. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** propôs o
279 acréscimo de dois artigos com as respectivas redações: *“As solicitações de reforma ou*
280 *alteração parcial do Estatuto podem ser propostas pelo Reitor ou por pelo menos dois terços*
281 *da totalidade dos membros do CONSUNI (Aprovado por quinze votos favoráveis e uma*
282 *abstenção).”* e *“O quórum mínimo para o CONSUNI deliberar e aprovar sobre as propostas de*
283 *reforma ou alteração parcial do Estatuto será de dois terços da totalidade de seus membros,*
284 *em reunião convocada especialmente para este fim. (Alterando o artigo cento e cinco do*
285 *estatuto).”* A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. O Conselheiro **Manoel Januário**
286 **da Silva Júnior** propôs a criação de um artigo e seu parágrafo único com as respectivas
287 redações: *“Para discussão das propostas no CONSUNI deverá ser adotado o rito estabelecido*
288 *em resolução vigente sobre normas de funcionamentos dos conselhos superiores e,*
289 *entendendo ser necessário, o Conselho pode criar decisões com normas complementares para*
290 *o funcionamento das reuniões em que se discutirão as propostas de reforma ou alterações*
291 *parciais do Estatuto (Aprovado por oito votos favoráveis, sete contrários e uma abstenção).*
292 *Paragrafo Único. Quando se tratar de proposta de alteração parcial do Estatuto a participação*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

293 *da comunidade será intermediada através dos seus representantes no CONSUNI, pelos quais*
294 *serão apresentadas as propostas de emendas ao texto inicial (Aprovado por treze votos*
295 *favoráveis e três abstenções)”. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** propôs a seguinte*
296 *redação para o artigo segundo: “Para elaboração de proposta de reforma do Estatuto deverá*
297 *ser constituída pelo CONSUNI uma Comissão de Reforma, composta:”. A proposta foi votada e*
298 *aprovada por onze votos favoráveis, quatro contrários e uma abstenção. O Conselheiro*
299 **Antonio Diego Silva Farias** propôs as respectivas redações para os incisos I, II e III do artigo
300 segundo: *“I- Por um membro docente de cada Centro titular e um suplente, indicados pelo*
301 *respectivo Conselho de Centro (aprovado por treze votos favoráveis, dois contrários e uma*
302 *abstenção); II- por dois membros técnico-administrativos titular e dois suplentes, Por um*
303 *membro docente de cada Centro titular e um suplente, indicados pelo respectivo Conselho de*
304 *Centro; III- por um membro discente titular e um suplente, indicados por entidade de*
305 *representação da categoria (aprovados por nove votos favoráveis, quatro contrários e duas*
306 *abstenções)”. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs a seguinte redação*
307 *para o inciso II do artigo terceiro: “Disponibilizar a proposta inicial de reforma do Estatuto para*
308 *sugestões da comunidade acadêmica, no sítio da UFERSA, por um período de pelo menos*
309 *trinta dias”. A proposta foi votada e aprovada por doze votos favoráveis e quatro contrários. O*
310 **Conselheiro Leonardo Fernandes França** propôs a seguinte redação para o inciso III do artigo
311 terceiro: *“Sistematizar a proposta inicial e as sugestões da comunidade, que considerar*
312 *cabíveis, para serem apreciadas pelo CONSUNI em até trinta dias após o final do prazo*
313 *estabelecido no inciso II”. A proposta foi votada e aprovada por onze votos favoráveis e cinco*
314 *abstenções. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs a criação do parágrafo*
315 *primeiro do artigo terceiro, com a seguinte redação: “A comunidade acadêmica poderá debater*
316 *as propostas organizando reuniões específicas tanto nas unidades que compõem a estrutura*
317 *orgânica da UFERSA, quanto através das organizações representativas de classe”. A proposta*
318 *foi votada e aprovada por quatorze votos favoráveis e duas abstenções. O Presidente em*
319 *exercício, **José Domingues Fontenele Neto**, e o Conselheiro **Manoel Januário da Silva***
320 **Júnior** propuseram a redação e a criação, respectivamente, do parágrafo segundo do artigo
321 terceiro: *“Depois que todas propostas forem apresentadas e sistematizadas ao CONSUNI, o*
322 *Reitor poderá convocar uma Assembleia Universitária para apresentação do relatório por parte*
323 *da comissão”. A proposta foi acatada pelo Conselho. O Presidente em exercício do Conselho,*
324 **José Domingues Fontenele Neto**, propôs que a reunião continuasse às treze horas e trinta
325 minutos do mesmo dia, devido ao horário. A proposta foi votada e aprovada por quatorze votos
326 favoráveis, um contrário e três abstenções. O Conselheiro **Moises Ozório de Souza Neto**
327 justificou seu voto contrário explicando que tinha atividade do doutorado à tarde. **SEGUNDA**
328 **SESSÃO: QUINTO PONTO:** O Presidente do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**,
329 deu início à segunda sessão da reunião e colocou a minuta de resolução em discussão. O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

330 Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs a supressão do parágrafo único do
331 artigo quarto, que foi votada e aprovada por unanimidade. O Conselheiro **Leonardo**
332 **Fernandes França** propôs a supressão do artigo sexto, que foi acatada pelo Conselho. Em
333 seguida, propôs a mudança do parágrafo único do artigo sexto em artigo, que foi acatada pelo
334 Conselho. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs a seguinte redação para o
335 artigo criado pelo Conselheiro Leonardo Fernandes França *“As proposições para alterações*
336 *parciais do Estatuto serão submetidas em forma de minuta de emenda estatutária à Secretaria*
337 *dos Órgãos Colegiados”*. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Propôs, também,
338 a criação de um novo artigo, após o artigo sexto, e seus incisos, alíneas e parágrafos, que foi
339 votada e reprovada por oito votos contrários, três favoráveis e cinco abstenções. Em seguida,
340 propôs a supressão de todo o artigo sétimo, que foi votada e aprovada por onze votos
341 favoráveis e cinco abstenções. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** propôs a
342 seguinte redação para o subtítulo final da minuta de resolução: *“Disposições finais”*. A proposta
343 foi votada e aprovada por quinze votos favoráveis e um contrário. O Conselheiro **Leonardo**
344 **Fernandes França** propôs a supressão do artigo nono, que foi acatada pelo Conselho. O
345 Conselho, então, criou o artigo onze com a seguinte redação: *“Revogam-se as disposições*
346 *contrárias”*. A proposta foi votada e aprovada por quinze votos favoráveis e um contrário. O
347 Presidente em exercício, **José Domingues Fontenele Neto**, colocou a minuta como um todo
348 em votação, que foi votada e aprovada por quinze votos favoráveis e uma abstenção. **SEXTO**
349 **PONTO**. O Conselheiro **João Liberalino Filho** disse que estava ausente nas últimas reuniões
350 do Conselho devido ao uma cirurgia de catarata no olho direito e que faria uma nova cirurgia de
351 catarata no olho esquerdo e tinha comunicado a Secretária dos Órgãos Colegiados (SOC) sua
352 ausência. Falou, também, que o Conselho tinha que ajustar as normas quando fosse preciso,
353 pois nada do que faziam era definitivo. O Conselheiro **Adrian José Molina Rugama** disse que
354 os Conselheiros tinham dez dias para analisar uma minuta de resolução e fazer emendas,
355 porém algumas minutas não eram divulgadas e parte da comunidade não dava opiniões por
356 não ter acesso as mesmas e que queria saber se não tinha um modo de divulgação da minutas
357 que seriam apreciadas, dando um prazo para que a comunidade apresentasse um retorno aos
358 seus respectivos representantes. O Conselheiro **João Liberalino Filho** sugeriu que as futuras
359 pautas do Conselho fossem divulgadas ao público. O Presidente em exercício do Conselho,
360 **José Domingues Fontenele Neto**, disse que ouvia comentários de que, por conta do novo
361 Estatuto, as Decisões não eram conhecidas pelos Departamentos porque na norma que tinha
362 sido aprovada os Departamentos não precisavam se reunir para discutir as pauta das reuniões
363 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e as discussões ficava centralizada
364 no Conselho de Centro e que, talvez, precisassem fazer uma revisão do funcionamento da
365 Resolução que tratava sobre o funcionamento dos Centros e dos Departamentos, para que os
366 docentes pudessem participar mais ativamente das discussões e retirar a centralidade das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

367 discussões do Conselho de Centro. Falou, também, que com relação ao Conselho, tinham o
368 cuidado de publicar a pasta, que ficava disponível no *site* oficial da Ufersa para todos os
369 interessados, os áudios das reuniões eram transmitidos ao vivo e as Decisões eram
370 publicadas. Disse, ainda, que poderiam divulgar os assuntos que seriam pauta do Conselho,
371 mas que não era interessante disponibilizar as minutas de resolução. A Conselheira **Janaína**
372 **Cortêz de Oliveira** disse que no CMPF a minuta era enviada para a comunidade, informando
373 que as sugestões deviam ser enviadas antes do fim do prazo de dez dias, para que fossem
374 discutidas e, então, enviadas para o Conselho. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva**
375 **Júnior** disse que enviava as minutas para o CE e estabelecia um prazo para sugestão antes
376 de enviá-las para a SOC. Falou, também, que recebia uma nova minuta antes de terminar o
377 prazo de dez dias da minuta anterior e que ao chegar uma minuta da relatoria, deviam observar
378 se o prazo da minuta enviada anteriormente tinha encerrado, para que, assim, pudessem
379 enviar aos seus respectivos representados e filtrar as sugestões, dentro do prazo de dez dias.
380 O Conselheiro **Matheus da Silva Menezes** disse que muitos trabalhos de discentes do CCEN
381 foram aprovados em congressos, eventos e competições regionais e nacionais, porém o
382 recurso de auxílio do Centro tinha acabado. Falou, também, que eram cobrados a incentivar o
383 discente a realizar pesquisa e a participar de extensão, mas quando os projetos eram
384 aprovados, como os dezessete trabalhos dos discentes de Ciência e Tecnologia (CeT)
385 aprovados no Congresso Nacional de Matemática Aplicada, não tinham recursos para custear
386 a ida da metade dos discentes e dos docentes orientadores. Disse, ainda, que enquanto
387 coordenador de curso do CeT, ficava recebendo solicitações do Baja da *Society of Automotive*
388 *Engineers* (SAE) e do AeroDesign SAE e o CCEN não tinha mais recursos e que ficava
389 preocupado com isso, pois não estavam incentivando os discentes. Concluiu sua fala dizendo
390 que entendi que o recurso era limitado e que a Instituição, talvez, não estivesse preparada para
391 tanto sucesso, mas que podiam pensar em outra solução que amenizasse o problema, como
392 uma filiação a uma sociedade representativa de classe, que oferecia inscrições grátis e
393 descontos para discentes, o que facilitaria muito para os discentes. O Presidente em exercício
394 do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que teria que consultar qual era a verba
395 utilizada para apoio ao discente e que até que ponto o custeio do Centro podia participar do
396 processo. A Conselheira **Luciana Dantas Mafra** informou sobre a realização da segunda
397 Semana de Letras, que aconteceria no Campus Caraúbas em agosto do corrente ano. Disse,
398 também, que a Coordenação Geral de Ações Afirmativas, Diversidades e Inclusão Social
399 (CAADIS) juntamente com cinco grupos de Programa de Educação Tutorial (PET) iriam
400 trabalhar na questão do uso indevido das vagas de estacionamento. Falou, então, que a
401 Superintendência de Infraestrutura (SIN) tinha colocado muitas placas de estacionamento
402 preferencial reservando vagas para gestantes, idosos e pessoas com deficiência e que,
403 corriqueiramente, os transportes estacionados nas vagas em questão não tinham identificação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

404 Disse, ainda, que a primeira proposta era mapear os blocos, lugares e turnos mais críticos e
405 que, após o mapeamento, queiram sugerir um cadastramento interno que seria feito pela
406 CAADIS e, então, o requerente receberia um cartão de identificação, de uso interno, para
407 colocar no carro; que, passado certo período, os discentes passariam fotografando os locais
408 para observar se a situação tinha melhorado e que realizariam campanhas educativas e trariam
409 cartazes para sensibilizar a comunidade na questão do respeito às vagas. O Presidente em
410 exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que era uma proposta
411 bastante interessante e que podiam fazer uma campanha com a SIN para melhorar a
412 identificação dos espaços. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** sugeriu que, uma
413 vez reservados os espaços constados na legislação, fossem criados espaços no
414 estacionamento da Instituição próprio para motocicletas, pois as vagas de carros foram
415 demarcadas e as vagas remanescentes as motocicletas estavam ocupando
416 desordenadamente todos os espaços. Sugeriu, também, que podiam criar espaços para
417 bicicletas e, assim, incentivar o uso de bicicletas. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva**
418 **Júnior** informou que a Conselheira Valdenize Lopes do Nascimento tinha dito que não
419 compareceu para o término da reunião porque tinha consulta agendada. Perguntou, então, se
420 tinham previsão para o término da revisão do Regimento. Disse, também, que, referente ao
421 que foi comentado sobre o funcionamento das normas do Conselho, o prazo de dez dias para
422 análise e emendas de normas do CONSEPE era muito curto porque tinha que convocar
423 reuniões dos Conselhos de Centro. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues**
424 **Fontenele Neto**, disse que poderiam criar uma comissão de três pessoas para revisar a norma
425 de funcionamento dos Conselhos, principalmente no que dizia respeito ao CONSEPE. O
426 Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior** perguntou se, referente ao prêmio de Destaque
427 na Iniciação Científica que a UFERSA recebeu na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para
428 o Progresso da Ciência (SBPC), tinham ideia de quantas bolsas foram acrescentadas a Instituição.
429 O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que a
430 entrega do prêmio tinha sido pela manhã e que foi solicitado, através de Ofício, cinquenta
431 bolsas, porém devido a dificuldade de consegui-las porque eram bolsas de custeio, não foi
432 acrescentada nenhuma bolsa para a UFERSA. O Conselheiro **Manoel Quirino da Silva Júnior**
433 disse que o CE solicitou que a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG)
434 esclarecesse se o edital de plano de qualificação lançando era para a conclusão de dois mil e
435 dezoito ou se era para o plano de qualificação de dois mil e dezenove. O Presidente em
436 exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que solicitaria para a Reitoria
437 fazer uma nota sobre a questão. O Conselheiro **Manoel Januário da Silva Júnior** disse que o
438 Plano de Qualificação Docente (PQD) publicado era para finalizar o ano de dois mil e dezoito e
439 ficou decidido que a PROPPG estabeleceria um edital para o ano para não ter um vácuo e, ao
440 fim do corrente ano, iria ser feito um edital par o ano de dois mil e dezenove. O Conselheiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

441 **Sueldes de Araújo** disse que deviam persistir na política do Comitê Gestor Institucional de
442 Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação (COMFOR), porque
443 tinha sido aprovado no CONSEPE um curso de espacialização para a formação de docentes
444 da educação básica que tinha um servidor técnico-administrativo como coordenador do
445 processo, mas o papel de formação era dos servidores docentes. Falou, também, que se a
446 UFERSA tivesse uma política institucionalizada sobre a questão, não tinha que passar por
447 constrangimentos no Comitê de Graduação. Disse, ainda, que o curso citado passou pelo Pró-
448 reitoria de Graduação (PROGRAD) e pela PROPPG e ambas tinham dado o parecer favorável
449 ao curso citado, sem pedir o parecer do COMFOR, que era o Comitê legítimo que podia dar o
450 parecer de um curso de formação continuada, mas o curso passou pela PRGRAD, pela
451 PROPPG e pelo CONSEPE com unanimidade e que isso era um desprestígio ao Comitê.
452 Disse, também, que os Conselhos precisavam rever suas práticas e analisar melhor os
453 processos. Informou que o Campus Angicos estava passando por problemas com relação a
454 gratificações de chefia de departamento, que foram abertas pelo Conselho, mas não tinha
455 decretado que todos os chefes de departamento tinham direito a gratificação e, por isso não
456 queriam assumir as chefias. Falou, então, que o diretor de centro não estava repassando a
457 gratificação por conta do ônus político que tinha que arcar. Concluiu sua fala dizendo que a
458 chefia precisava do estímulo e que se a Reitoria não conseguisse mediar a questão, a mesma
459 devia ser levada para o Conselho. Por fim, disse que o CMA tinha poucos servidores e muita
460 demanda; que o Campus Angicos tinha muitos espaços físicos fechados e depredados, entre
461 eles o prédio Paulo Freire, e que o Conselho devia montar uma comissão para analisar as
462 estruturas do Campus em questão; e que o campus estava com problemas com relação a
463 distribuição de componentes curriculares porque poucos docentes queriam aceitar disciplinas
464 na sexta-feira. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**,
465 disse que o problema de gratificação dos chefes de departamento se dava pelo número
466 limitado de Funções Gratificadas (FGs) que a Universidade tinha e que os *campi* fora do
467 Campus Sede tinham um número limitado de FGs, mas a questão tinha passado pelo
468 Conselho e ficou decidido que isso era reponsabilidade de cada Centro. Falou, também, que o
469 CMA tinha um déficit de técnicos-administrativos e que precisavam trabalhar na questão do
470 dimensionamento e ele não era simples de fazer tinha, mas a Pró-Reitoria de Gestão de
471 Pessoas (PROGEPE) estava trabalhando nisso para poder melhora a equação. Disse, ainda,
472 que com relação aos espaços físicos depredados, a Instituição tinha uma equipe de
473 manutenção e, no momento que a obra do Restaurante Universitário fosse concluída, a obra no
474 prédio Paulo Freire começaria. Concluiu sua fala dizendo que a distribuição de horário era um
475 dos trabalhos da coordenação do curso. O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** disse
476 que quando os servidores assumiam seus cargos, mas não assumiam seus ônus e que muitos
477 servidores não assumiam suas responsabilidades porque afetava suas relações pessoais. O



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

478 Conselheiro **Jalmir Dantas de Araújo** agradeceu a fala do Conselheiro Sueldes de Araújo,
479 pois o problema com relação aos técnicos-administrativos no CMA era muito grave. Disse que
480 a UFERSA, através da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DDP) e da PROGEPE, foi
481 anunciada como um dos melhores estágios na categoria de empresa pública do Centro de
482 Integração Empresa-Escola (CIEE). Informou, então, que iria entrar de licença para
483 capacitação e lamentava o desfalque da representação técnica-administrativa, pois
484 continuariam apenas com a Conselheira Gilcilene Lélia Souza do Nascimento no Conselho. A
485 Conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** informou que a Instituição tinha seis PETs, cinco no
486 Campus Sede e um Campus Angicos, sendo eles o PET conexão: comunidades rurais, o PET
487 conexão: gestão social, o PET mecânica e energia, o PET pesca, o PET produção animal e o
488 PET zootecnia. O Conselheiro **Antonio Diego Silva Farias** disse que corroborava com a fala
489 do Conselheiro Matheus de Silva Menezes e que servidor do CMPF teve seu trabalho
490 aprovado no Congresso Internacional de Matemáticos (ICM), que era o maior congresso na
491 área de matemática do mundo e onde era entregue o prêmio que era conhecido como o Nobel
492 da matemática, porém o CMPF não disponibilizou a verba. O Conselheiro **Matheus da Silva**
493 **Menezes** disse que o Conselho tinha necessidade de rediscutir a normativa da Reitoria relativa
494 ao auxílio para quem ia para o exterior porque para a área exatas era quase inviável conseguir
495 os pontos exigidos, pois os trabalhos demandavam bastante tempo para sua conclusão. O
496 Conselheiro **Antonio Diego Silva Farias** disse que o ICM seria realizado no Rio de Janeiro e
497 por isso não demandava tal pontuação. Perguntou, então, se o orçamento saía do Centro, caso
498 o docente atingisse a pontuação necessária. O Presidente em exercício do Conselho, **José**
499 **Domingues Fontenele Neto**, disse que o orçamento saía do Centro. Falou, também, que a
500 UFERSA tinha adotado uma política de descentralização de recurso e os recursos de custeio
501 ainda estava sendo descentralizados. A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** informou que
502 no mês de agosto do corrente ano, o CMPF estaria realizando a primeira Semana de
503 Engenharias Ambiental e Civil. Perguntou, então, quando iriam discutir a questão do
504 Regimento, por conta da questão da Comissão de Supervisão do Pessoal Técnico
505 Administrativo em Educação (CISPTAE) não podia ser apreciada por conta do Regimento.
506 Disse, então, que não entendia porque dos departamentos não deliberavam as pautas do
507 CONSEPE e que isso precisava ser revisto com urgência. O Presidente em exercício do
508 Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse que algumas normas aprovadas pelo
509 Conselho deviam ser revistas. A Conselheira **Janaína Cortêz de Oliveira** disse que o CMPF
510 passava, também, por problemas com relação ao déficit de servidores técnico-administrativos.
511 O Conselheiro **Leonardo Fernandes França** disse que, sobre a questão das FGs do CMPF, o
512 Conselho decidiu que o próprio Campus devia ficar responsável pela distribuição das mesmas,
513 mas ficou estabelecido um prazo e o Conselho quer uma resposta com relação à decisão
514 tomada. Falou, também, que ouviu comentários sobre a falta de técnico-administrativos e de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

515 como a Ufersa carecia de técnico-administrativos e a Instituição não tinha nenhuma
516 resolução para técnicos administrativos, não tinha a Comissão Permanente de Pessoal
517 Técnico-Administrativo (CPPTA), que era para estar em funcionamento, e questionou o porquê
518 de algo que estava estabelecido em uma Lei Federal ainda não tinha chegado para o
519 Conselho. Concluiu sua fala dizendo que não entendia como Instituição, a Ufersa dava o
520 privilégio de seus servidores trabalharem seis horas e que não achava justo que os demais
521 funcionários trabalhassem oito horas e funcionários públicos trabalhassem seis horas, tendo
522 em vista que eram contratados para trabalhar oito horas. O Conselheiro **Hudson Pacheco**
523 **Pinheiro** disse que no CMC a direção do Campus foi parceira da comunidade acadêmica e
524 que, desde criação dos departamentos, tinha disponibilizado gratificações para os chefes de
525 departamento. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**,
526 disse que a Ufersa estava fazendo parte de um *ranking* internacional pela primeira vez, o
527 que mostrava a eficiência da Universidade sob o ponto de vista de inserção internacional e
528 publicações de artigos científicos; que tinha recebido um prêmio de Destaque na Iniciação
529 Científica, apesar da situação caótica que estava passando no ponto de vista do financiamento
530 da educação e que isso era mérito de todos na Universidade. O Conselheiro **Hudson Pacheco**
531 **Pinheiro** disse que as minutas do CONSEPE eram apreciadas nos departamentos do CMC
532 antes do Conselho de Centro deliberar as sugestões e as emendas para, então, deliberá-las no
533 CONSEPE. O Presidente em exercício do Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, disse
534 que as revisões de todo o documento do Regimento estavam sendo feitas, porém tinham que
535 analisar o que podia entrar em conflito com o Estatuto. Após considerações sobre eventos e
536 demandas institucionais e nada mais havendo a discutir, o Presidente em exercício do
537 Conselho, **José Domingues Fontenele Neto**, agradeceu a presença de todos os Conselheiros
538 e deu por encerrada a reunião. E eu, **Cibelle dos Santos Carlos**, Secretária *ad hoc* dos
539 Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada sem emendas, na reunião
540 do dia vinte de setembro de dois mil e dezoito, segue assinada pelo Presidente em exercício do
541 CONSUNI, pelos demais Conselheiros presentes a esta reunião e por mim.

542 x x x x x x x x x x x x x x x x x x x

543 **Presidente em exercício:**

544 José Domingues Fontenele Neto _____

545 **Centro Multidisciplinar de Angicos - CMA:**

546 Jacimara Villar Foberloni _____

547 Sueldes de Araújo _____

548 **Centro Multidisciplinar de Caraúbas - CMC:**

549 Hudson Pacheco Pinheiro _____

550 Luciana Dantas Mafra _____

551 **Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros - CMPF:**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

- 552 Janaína Cortêz de Oliveira _____
- 553 Antonio Diego Silva Farias _____
- 554 **Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN:**
- 555 Matheus da Silva Menezes _____
- 556 Valdenize Lopes do Nascimento _____
- 557 **Centro de Ciências Agrárias – CCA:**
- 558 Adrian José Molina Rugama _____
- 559 João Liberalino Filho _____
- 560 **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS:**
- 561 Leonardo Fernandes França _____
- 562 Paulo Alfredo Simonetti Gomes _____
- 563 **Centro de Ciências Sociais Aplicadas a Humanas – CCSAH:**
- 564 José Albenes Bezerra Júnior _____
- 565 Moises Ozorio de Souza Neto _____
- 566 **Centro de Engenharias – CE:**
- 567 Manoel Quirino da Silva Júnior _____
- 568 Manoel Januário da Silva Júnior _____
- 569 **Representantes técnico-administrativos:**
- 570 Jalmir Dantas de Araújo _____
- 571 Gilcilene Lélia Souza do Nascimento _____
- 572 **Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:**
- 573 Cibelle dos Santos Carlos _____